

CONHECER PARA PENSAR, DECIDIR E INTERVIR EM EDUCAÇÃO:

O CASO DE ALANDROAL

Bravo Nico & Lurdes Pratas Nico

Centro de Investigação em Educação e Psicologia
Universidade Popular Túlio Espanca
Universidade de Évora

I - INTRODUÇÃO

Desde o ano 2006, encontra-se em desenvolvimento, no concelho de Alandroal, um projeto científico e de intervenção, de larga escala, na área da educação, que, entretanto, já conheceu os seguintes momentos:

1. **Entre 2006 e 2011** - foi concretizado o projeto de investigação científica, denominado «*Arqueologia das Aprendizagens no concelho de Alandroal*»¹, que assumiu, como finalidade principal, conhecer e caracterizar o universo de aprendizagens disponibilizadas pelas instituições e concretizadas pelas pessoas, em todo o território do município, no período 1997-2007;
2. **Entre 2011 e 2013** – na sequência do procedimento científico anteriormente descrito e do protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Alandroal e a Universidade de Évora, foi desenhado e concretizado o procedimento de atualização da Carta Educativa do Alandroal, considerando e valorizando o conhecimento produzido em toda a investigação anterior;
3. **Após 2010** – em simultâneo com as atividades anteriores, a Universidade de Évora e a Câmara Municipal de Alandroal, através de parceria estabelecida em 2010, promoveram a criação do polo de Alandroal da Universidade Popular Túlio Espanca, unidade científica e pedagógica da academia eborense que tem, como finalidade, "*contribuir para a formação científica, cultural e técnica dos cidadãos do Alentejo, promovendo a sua participação em dispositivos formativos indutores de estilos de aprendizagem ao longo da vida que estimulem e reforcem o gosto e o prazer de aprender*"².

¹ Projeto promovido pelo Centro de Investigação em Educação e Psicologia (CIEP) e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia/FCT (Refª PTDC /CED/81388/2006)

² in www.utulioespanca.uevora.pt (acedido em 5 de Agosto de 2014)

O texto, que aqui se apresenta, pretende descrever, de forma resumida, o que tem sido este processo científico de produção de conhecimento, sua transferência e utilização num contexto territorial e social real (o concelho de Alandroal) e a sua valorização e transferência para a formação graduada e pós-graduada da Universidade de Évora, na área das Ciências da Educação (1º, 2º e 3º ciclos).

II - CONHECER A REALIDADE

Como foi referido, entre 2006 e 2011, o CIEP desenhou, financiou (junto da FCT) e promoveu, no território do concelho de Alandroal, uma pesquisa científica que assumiu, como finalidade, conhecer e caracterizar, no período de uma década (1997-2007), o universo de aprendizagens disponibilizadas pelas instituições aí localizadas (aprendizagens institucionais) e as concretizadas pelos indivíduos adultos aí residentes (aprendizagens pessoais), no pressuposto de que

o conhecimento, num determinado território, da rede de oportunidades de aprendizagem – contemplando todas possíveis modalidades de educação e formação e respetivos agentes promotores –, tem vindo a revelar-se uma análise importante, pois ela permite avaliar do potencial educativo desse território. Por outro lado, o conhecimento pormenorizado desse mapa poderá permitir um exercício de meta-análise e meta-avaliação da própria realidade, no sentido de esta ser pensada de uma forma mais integrada e racional. Este exercício parece ser decisivo para que cada território assuma um maior protagonismo – porque mais consciente e autónomo – na sua própria qualificação, enquanto contexto promotor da qualificação das instituições e das pessoas que nele existem. (Nico, 2011:11)

Para concretizar esta finalidade, foram, previamente, estabelecidas algumas parcerias com instituições locais e regionais, no sentido de garantir um, adequado e necessário, quadro institucional de cooperação. Assim sendo, a Universidade de Évora/Centro de Investigação em Educação e Psicologia estabeleceu, em 2008, parceria com as seguintes instituições:

- i) Câmara Municipal de Alandroal;
- ii) Juntas de Freguesia do concelho de Alandroal (Juromenha, Nossa Senhora da Conceição, Ferreira de Capelins, Terena, Santiago Maior e São Brás dos Matos);
- iii) Direção Regional de Educação do Alentejo (entretanto extinta);
- iv) Direção Regional do Alentejo do Instituto Português da Juventude;

- v) Delegação Regional do Alentejo do Instituto do Emprego e da Formação Profissional;
- vi) SUÃO-Associação de Desenvolvimento Comunitário/Escola Comunitária de São Miguel de Machede;
- vii) Grupo de comunicação social regional Diário do SUL.

Na mesma data (2008), foi aberto um gabinete local do projeto de investigação «*Arqueologia das Aprendizagens no concelho de Alandroal*», no Fórum Cultural e Transfronteiriço de Alandroal, espaço que funcionou até ao ano de 2013. Esta foi a base local de trabalho utilizada pela equipa de investigação que trabalhou no terreno e que, em determinados momentos mais exigentes, contou com cerca de 20 elementos, entre investigadores, bolseiros de investigação, estudantes voluntários, técnicos da CMA e colaboradores das instituições parceiras.

Neste primeiro período da intervenção no território, importava conhecer e caracterizar quatro universos:

- i) Os **universos das instituições existentes** em todo o território, independentemente da área de atividade, **e das aprendizagens** por estas organizadas e disponibilizadas à população aí residente, independentemente da sua natureza e finalidade. Para determinar o perímetro do universo institucional, recorreu-se à consulta de diversas bases de dados (autarquias locais, ex-Governo Civil do Distrito de Évora, IPDJ, IEFP, entre outras) e à verificação, no terreno, junto de autarcas e das próprias instituições sinalizadas. Neste procedimento, foram recenseadas 330 instituições, das quais foram inquiridas 294. Para conhecer e caracterizar o universo das aprendizagens institucionais disponibilizadas, foi desenvolvido, testado e aplicado um instrumento (*Questionário das Aprendizagens Institucionais/QAI*). Deste processo de inquérito (realizado em 2008) resultaram a identificação e caracterização de 745 aprendizagens estruturadas que tinham sido disponibilizadas no período considerado (1997-2007), de acordo com a seguinte distribuição:

Tabela 1 – Dimensão institucional considerada no concelho de Alandroal (2008)

Freguesias	Instituições identificadas	Instituições Inquiridas	Aprendizagens Institucionais Identificadas
Alandroal (Nossa Senhora da Conceição)	119	105	284
Santiago Maior	101	89	268
Terena (São Pedro)	45	40	77

São Brás dos Matos (Mina do Bugalho)	32	28	28
Capelins (Santo António)	18	17	30
Juromenha (Nossa Senhora do Loreto)	12	12	47
<i>Extra – Concelhias*</i>	3	3	11
Total de Instituições (incluindo as extra-concelhias*)	327 (330*)	291 (294*)	734 (745*)

Fonte: Nico (2011: 20)

- ii) Os **universos dos indivíduos adultos**, no período considerado para o estudo (1997-2007) e **das aprendizagens por estes concretizadas**, no mesmo período. No sentido de circunscrever a dimensão pessoal, foram consultados os cadernos de recenseamento eleitoral disponíveis nos serviços das autarquias locais do concelho e considerados elegíveis, para o estudo, os indivíduos adultos (com idade igual ou superior aos 18 anos) em 1997. Foram identificados 5586 indivíduos, dos quais foram inquiridos 1059, através de um questionário desenvolvido e validado para esse efeito (*Questionário das Aprendizagens Pessoais/QAP*), de acordo com a seguinte distribuição:

Tabela 2 – Dimensão individual considerada no concelho de Alandroal (2009)

Freguesias	Universo Considerado (indivíduos recenseados em 2009)	Indivíduos inquiridos
Santiago Maior	2172	410
Alandroal (Nossa Senhora da Conceição)	1570	301
Terena (São Pedro)	757	143
Capelins (Santo António)	585	115
S. Brás dos Matos (Mina do Bugalho)	357	65
Juromenha (Nossa Senhora do Loreto)	145	25
Totais	5586	1059

Fonte: Nico (2011: 20)

A recolha de informação realizou-se de forma sequencial, tendo-se concretizado, da seguinte forma:

- a. Identificação das instituições, a partir das bases e dados existentes e da sua validação local;
- b. Realização do inquérito ao universo institucional;
- c. Análise da informação recolhida, tendo a preocupação de proceder a uma leitura desagregada (por freguesia);
- d. Construção do procedimento de inquérito, no âmbito da dimensão pessoal, considerando os resultados da análise realizada na dimensão institucional, nomeadamente a informação relativa à freguesia de residência dos indivíduos a inquirir, posteriormente;
- e. Realização do inquérito ao universo pessoal;
- f. Análise da informação recolhida;
- g. Estabelecimento de uma «cartografia» das aprendizagens institucionais e pessoais identificadas e caracterizadas e das eventuais relações entre as duas realidades.

Ao longo de todo o procedimento, foi selecionada, como território de teste metodológico e instrumental, a freguesia de Juromenha, atendendo à sua pequena dimensão e à possibilidade de, aí, poderem ser aplicados os instrumentos e os procedimentos de inquérito, avaliando a sua eficácia e validando-os, antes de serem aplicados no restante território do concelho.

II.1 A cartografia das aprendizagens no concelho de Alandroal

II.1.1 A dimensão institucional

Relativamente à natureza jurídica do universo inquirido, a informação recolhida encontra-se disponibilizada na Tabela 3.

Tabela 3: Natureza Jurídica das instituições

Natureza Jurídica	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Empresa	229	77,9
Associação Cultural e/ou Desportiva	21	7,1
Instituição Particular de Solidariedade Social	8	2,7

Cooperativa	8	2,7
Autarquia	7	2,4
Instituição Pública	6	2,0
Associação de Desenvolvimento Local	5	1,7
Organismo autárquico	3	1,0
Associação Juvenil	2	0,7
Estabelecimento de Ensino	2	0,7
Instituição de Segurança	2	0,7
Outra	1	0,3
Totais	294	100,0

Fonte: Nico (2011: 29)

Como se pode verificar, a maioria das instituições inquiridas foi constituída por empresas (221/77,9%). Estas empresas eram de reduzida dimensão (micro e pequenas empresas) e muitas delas situavam-se no campo da reparação mecânica, do alojamento e restauração e similares, como se pode depreender da análise da tabela 4. O segundo grupo mais significativo, constituído por 21 instituições (7,1%), foi o das associações culturais, desportivas e recreativas.

Relativamente à área de atividade económica das instituições sinalizadas e inquiridas, observou-se a seguinte distribuição:

Tabela 4: Área de Atividade Económica das instituições

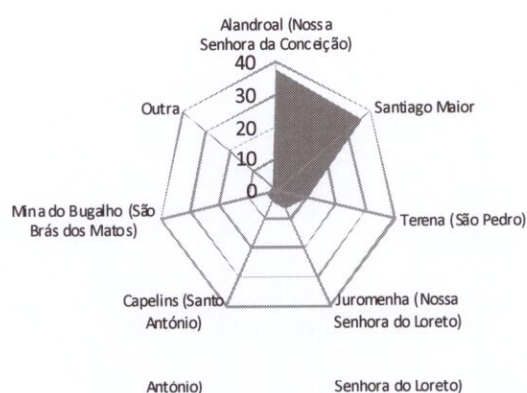
Área de Atividade Económica	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos automóveis e motociclos	73	24,8
Alojamento, restauração e similares	69	23,5
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	36	12,2
Indústrias transformadoras	30	10,2
Construção	19	6,5
Atividades artísticas, desportivas e recreativas	16	5,4
Administração Pública e defesa; segurança social obrigatória	10	3,4
Atividades de saúde humana e apoio social	6	2,0
Atividades Financeiras e de Seguros	4	1,4
Atividades Administrativas e dos serviços de apoio	3	1,0
Atividades de Informação e de Comunicação	2	0,7
Educação	2	0,7
Indústria Extrativa	1	0,3
Atividades de Consultadoria, científicas, técnicas e similares	1	0,3
Outras atividades e serviços	15	5,1

Sem resposta	7	2,4
Totais	294	100,0

Fonte: Nico (2011: 31)

Neste universo institucional – que foi inquirido, com recurso ao *Questionário das Aprendizagens Institucionais*, como já foi referido – foram identificadas 745 atividades de aprendizagem, construídas com intencionalidade educativa, desenhadas com algum grau de estruturação e disponibilizadas, de forma intencional, a determinados públicos constituídos por indivíduos residentes no território. Geograficamente, a distribuição destas aprendizagens estava organizada da seguinte forma:

Figura 1 – Distribuição geográfica das aprendizagens institucionais



Fonte: Nico (2011: 41)

No sentido de classificar e organizar o universo de *aprendizagens institucionais* identificadas, foi utilizado, como critério, a **Classificação Nacional de Área de Formação (CNAF), estabelecido legalmente, através da Portaria nº 265/2005, de 16 de Março**. A CNAF encontra-se estruturada em três categorias hierarquicamente organizadas (grandes grupos, áreas de estudo e áreas de educação e formação). Neste texto, recorreremos às áreas de estudo da CNAF, como critério de classificação e apresentação das aprendizagens institucionais identificadas e caracterizadas. Desse exercício, resultou a seguinte distribuição:

Tabela 5 – As áreas das aprendizagens institucionais (CNAF/Áreas de Estudo)

CNAF - Áreas de Estudo	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Ciências empresariais	296	39,7
Serviços de Segurança	93	12,5
Serviços pessoais	90	12,1

Agricultura, Silvicultura e Pescas	42	5,6
Formação de professores/formadores e Ciências da Educação	40	5,4
Informática	35	4,7
Desenvolvimento pessoal	28	3,8
Artes	20	2,7
Serviços Sociais	17	2,3
Indústrias transformadoras	14	1,9
Programas de base	13	1,7
Engenharia e técnicas afins	9	1,2
Agricultura e construção	9	1,2
Saúde	9	1,2
Serviços de transporte	7	0,9
Alfabetização	6	0,8
Informação e jornalismo	5	0,7
Humanidades	4	0,5
Direito	3	0,4
Ciências Sociais e do Comportamento	2	0,3
Proteção do ambiente	2	0,3
Não especificado	1	0,1
Totais	745	100,0

Fonte: Nico (2011: 43)

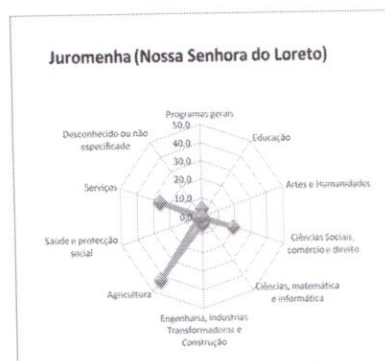
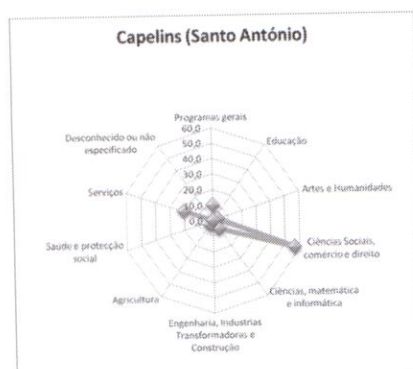
Como se pode retirar da análise da anterior tabela, predominam as aprendizagens relacionadas com a atividade das empresas (a maioria das instituições inquiridas). Neste grupo de aprendizagens, identificaram-se as que decorreram da atividade profissional dos empresários e colaboradores de cada empresa (296 referências/39,7% do total), as que se revelaram necessárias para o licenciamento dessas instituições (segurança e higiene no trabalho), com 93 referências (12,5% do total).

Quando se analisou a presença geográfica das *aprendizagens institucionais* pelas diferentes freguesias do município alandroalense, verificou-se o seguinte:

Figura 2 - Áreas das aprendizagens institucionais, por freguesia (CNAF/Grandes Grupos)

Fonte: Nico (2011: 46)





A análise da distribuição geográfica das *aprendizagens institucionais*, considerando as respetivas áreas do CNAF, oferece-nos uma realidade relativamente homogénea, com exceção da freguesia de Juromenha. Esta diferença territorial seria, aliás, uma realidade que se manteria ao longo de todo o estudo, considerando ambas as dimensões (institucional e pessoal) e foi uma das evidências que suscitou a realização de estudos posteriores, nomeadamente no âmbito de uma tese de doutoramento (Carvalho, 2010), onde se estudaram os padrões de aprendizagem dos indivíduos analfabetos, pesquisa que confirmou a singularidade de Juromenha, quando comparada com outras freguesias do Alandroal.

Relativamente aos objetivos assumidos para estas aprendizagens, as instituições revelaram o seguinte:

Tabela 6- Objetivos das aprendizagens institucionais

Objetivos de Aprendizagem	Frequência Absoluta	Frequência Relativa%
Modernização da Própria Instituição	263	21,2
Formação do Pessoal	242	19,5
Formação Profissional	177	14,2
Promoção da Informação	107	8,6
Carácter Lúdico/Recreativo	88	7,1
Desenvolvimento Local	87	7,0
Promoção da Cultura	65	5,2
Preparação início de nova atividade	50	4,0
Promoção do Apoio Social	31	2,5
Formação Profissional e Escolar	24	1,9
Formação Escolar	16	1,3
Melhorar a comunicação e os contactos	16	1,3
Adaptação a nova legislação	13	1,0
Mudança de atividade	11	0,9
Aquisição de bens	11	0,9
Melhorar o serviço prestado	11	0,9
Exigência externa	8	0,6

Divulgação da Instituição	3	0,2
Promoção de eventos	2	0,2
Manutenção do estabelecimento	2	0,2
Moeda	2	0,2
Habilitação p/ operar novos equipamentos	1	0,1
Outros objetivos	13	1,0
Totais	1243	100,0

Fonte: Nico (2011: 49)

A modernização das instituições e a formação dos seus responsáveis e colaboradores predominaram, enquanto objetivos das aprendizagens institucionais disponibilizadas no concelho de Alandroal, no período 1997-2007.

Na dimensão institucional, foram estudadas outras variáveis relativas às aprendizagens (Nico, 2011):

1. **A responsabilidade da sua existência e concretização:** quase sempre da própria instituição em que decorreram;
2. **Os seus destinatários:** foram os proprietários/responsáveis das instituições os principais destinatários;
3. **Os espaços em que ocorreram:** a instituição foi o local privilegiado para a sua realização;
4. **A cronologia da sua ocorrência:** a maioria das aprendizagens ocorreu em horário laboral (71,8%) e não apresentou carácter sistemático ou regular;
5. **A sua avaliação:** onde prevaleceu a ausência de certificação. Apenas 13,2% das aprendizagens foram formalmente certificadas;
6. **O seu financiamento:** na sua esmagadora maioria sem qualquer financiamento associado;
7. **As parcerias estabelecidas:** em que se verificou a sua presença em cerca de metade das aprendizagens, sendo que a maioria destas concretizaram-se com instituições exteriores ao concelho de Alandroal;
8. **Os seus impactos:** onde se distinguiram as consequências profissionais;

II.1.2 A dimensão pessoal

No que se refere à dimensão pessoal das aprendizagens e como referido anteriormente, foi considerado o universo de 5586 adultos residentes em Alandroal,

no ano 1997, e construída uma amostra representativa de 1059 indivíduos, que foi inquirida, com recurso ao *Questionário das Aprendizagens Pessoais/QAP*, ao longo dos anos 2009 e 2010 e cuja distribuição geográfica se encontra indicada na Tabela 2.

Esta amostra foi caracterizada em torno das seguintes variáveis (Nico, 2011):

1. **Género:** equivalência entre os dois géneros;
2. **Estado civil:** predominando os casados (69,8%);
3. **Situação quanto à residência:** a maioria esmagadora (97,3%) manteve-se na mesma residência, desde o ano 1997;
4. **Nível de escolaridade:** 34,1% possuía o 4º ano de escolaridade, enquanto 16,6% não sabia ler nem escrever. Apenas 103 indivíduos revelaram possuir uma habilitação académica superior ao 9º ano de escolaridade;
5. **Situação Profissional:** 478 pessoas encontravam-se aposentadas/reformadas, enquanto 468 eram trabalhadores por conta de outrem;
6. **Espaços e frequência da participação cívica:** geralmente na freguesia de residência e no âmbito das associações de que faz parte;
7. **Nível de satisfação em diferentes dimensões vitais:** mais satisfeitos na dimensão familiar (3,9, numa escala de 1 a 5) e menos satisfeitos no que se referia ao nível de escolarização (2,9);
8. **Perceção dos papel e importância das instituições locais na aprendizagem:** imagem negativa desse contributo institucional na promoção das aprendizagens na comunidade, para a maioria dos inquiridos (43,8% revelam esta perceção);
9. **Preocupação relativamente à formação pessoal:** pouca preocupação com a sua própria qualificação (apenas 46,1% dos indivíduos revelou possuir um projeto pessoal de qualificação);
10. **Aprendizagens a concretizar, no futuro:** a internet e a informática foram as aprendizagens mais referidas (8,2%), seguidas da qualificação académica formal e certificada (3,1%).

Relativamente às aprendizagens concretizadas pelos indivíduos inquiridos (*aprendizagens pessoais*), na década considerada (1997-2007), a distribuição geográfica, no concelho de Alandroal foi a seguinte:

Tabela 8 – Dimensão pessoal das aprendizagens no concelho de Alandroal

Freguesias	Universo Considerado	Indivíduos Inquiridos	Aprendizagens Pessoais identificadas
Santiago Maior	2172	410	1175
Alandroal (Nossa Senhora da Conceição)	1570	301	810
Terena (São Pedro)	757	143	350
Capelins (Santo António)	585	115	245
S. Brás dos Matos (Mina do Bugalho)	357	65	172
Juromenha (Nossa Senhora do Loreto)	145	25	71
Totais	5586	1059	2823

Fonte: Nico (2011: 127)

Como se pode inferir, da leitura da tabela anterior, a taxa média de aprendizagem por indivíduo foi de *2,7 aprendizagens/pessoa/década*, no período considerado. Como referimos, aquando da divulgação dos resultados deste estudo (Nico, 2011: 127),

este valor médio traduz uma frequência bastante fraca de aprendizagens. No entanto, há que referir que apenas foram consideradas aprendizagens que revelaram alguma organização e intencionalidade na descrição apresentada. Por outro lado, poder-se-á também relevar o facto de os inquiridos, no momento da aplicação do questionário, sentirem alguma dificuldade em rememorar a sua trajetória de vida na década do estudo, atendendo ao facto de que alguns dos acontecimentos a recordar já tinham acontecido há mais de uma década.

Relativamente às áreas em que as aprendizagens pessoais foram classificadas, recorreu-se ao mesmo critério adotado para as aprendizagens institucionais. Assim sendo, resultou a seguinte distribuição:

Tabela 9: A área das aprendizagens pessoais (CNAF/Áreas de Estudo)

CNAF - Áreas de Estudo	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Alfabetização	726	25,7
Engenharia e técnicas afins	469	16,6
Serviços Pessoais	314	11,1
Artes	293	10,4
Agricultura, silvicultura e pescas	281	10,0
Informática	110	3,9
Desenvolvimento pessoal	106	3,8
Ciências empresariais	106	3,8
Serviços de Segurança	85	3,0
Programas de base	61	2,2
Serviços Sociais	46	1,6
Indústrias transformadoras	41	1,5
Serviços de transporte	36	1,3
Agricultura e construção	33	1,2
Humanidades	30	1,1
Saúde	22	0,8
Formação de Professores/formadores e ciências da educação (Programas não especificados)	17	0,6
Proteção do ambiente	13	0,5
Ciências Sociais e do Comportamento	9	0,3
Direito	7	0,2
Informação e jornalismo	3	0,1
Ciências físicas	2	0,1
Ciências Veterinárias	2	0,1
Programas Interdisciplinares (caça e pesca)	7	0,2
Desconhecido ou não especificado	4	0,1
TOTAIS	2823	100,0

Fonte: Nico (2011: 130)

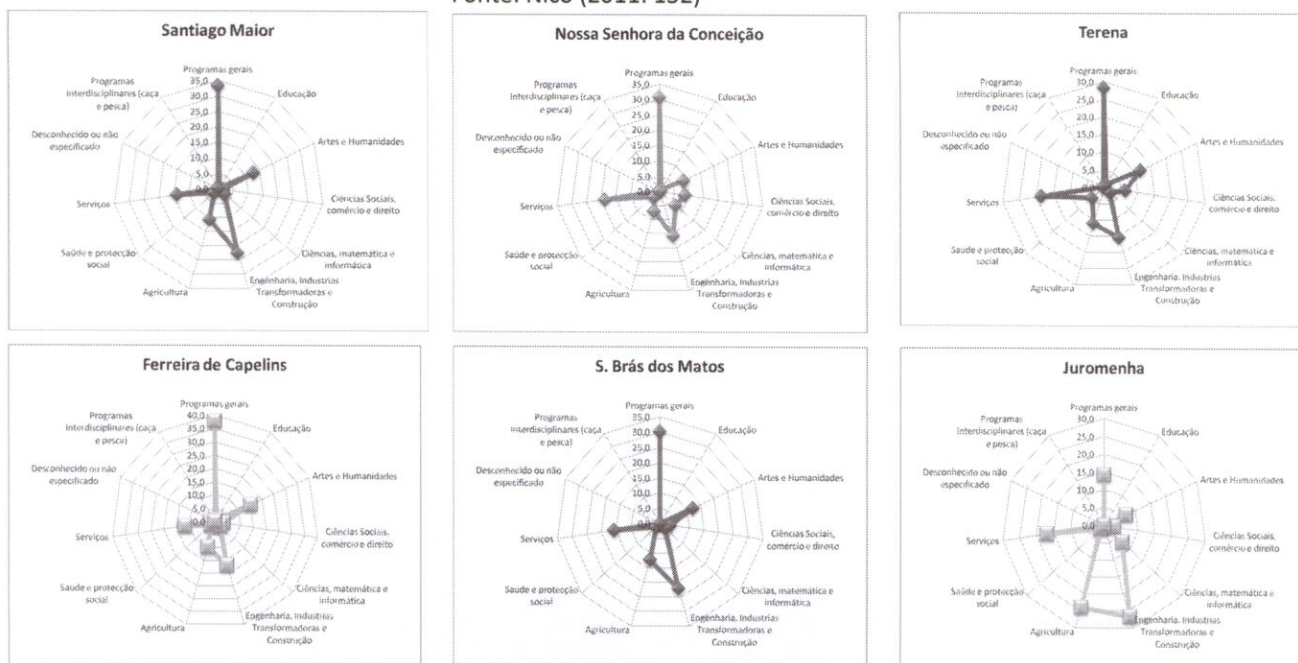
Verificou-se uma presença significativa de aprendizagens na área denominada «alfabetização» (727 episódios de aprendizagem), na qual se integrou um grande conjunto de referências à aprendizagem concretizada no momento da transição do escudo para o euro, que ocorreu em Janeiro de 2002.

Também importantes, pela frequência com que foram referidas, são as aprendizagens relacionadas com a prática e o saber-fazer. Foram exemplos dessas referências, as aprendizagens relativas às técnicas de eletricidade e de mecânica concretizadas nas empresas da área (450 referências) e o artesanato (281 referências).

Quando se analisou a presença geográfica das aprendizagens institucionais pelas diferentes freguesias do município alandroalense, verificou-se o seguinte:

Figura 3 - As áreas das aprendizagens pessoais, por freguesia (CNAF/Grandes Grupos)

Fonte: Nico (2011: 132)



Como já anteriormente se referiu e à semelhança do verificado com as *aprendizagens institucionais*, também no caso das *aprendizagens pessoais* se verificou a *singularidade* de Juromenha, relativamente ao padrão que se verificava nas restantes freguesias, com alguma homogeneidade.

As aprendizagens pessoais identificadas foram, ainda, caracterizadas, de acordo com as seguintes variáveis:

1. **Certificação:** a maioria não foi certificada (78,1% das referências) e revelou grande informalidade (2030 referências);
2. **Causas/motivações:** prevaleceram as razões de natureza pessoal (48,6% das situações);
3. **Consequências:** foram mais valorizados os impactos pessoais (4,4, numa escala de 1 a 5) e menos, os de natureza profissional (2,7);
4. **Estratégias privilegiadas:** predominou a observação (em 27,2% dos casos) e a experimentação (24,0%);
5. **Interlocutores:** prevaleceram os casos em que se aprendeu sozinho (37,0% dos episódios relatados). Quando participaram outras pessoas, os familiares foram referidos mais vezes (28,2%). Os professores/formadores são a terceira referência (16,8%);

6. **Recursos envolvidos:** foram referidos com maior frequência os meios tecnológicos (28,8% das situações) e os manuais ou folhetos explicativos (25,5%);
7. **Localidade onde ocorreram:** predominou a localidade de residência (82,4% dos casos). Em seguida, foram referidos localidades exteriores ao concelho (15,6%);
8. **Espaço utilizado:** a maioria ocorreu no âmbito da própria residência (61,5% das situações descritas);

II.2. Síntese

Ao terminar a «*cartografia das aprendizagens*» no concelho de Alandroal, retiraram-se as seguintes conclusões (Nico, 2011):

1. *A parceria, a posteriori, nas aprendizagens institucionais*

Esta conclusão decorreu da constatação dos seguintes factos:

- i) a maioria das instituições (57,5%) não estabeleceu parcerias, no âmbito da sua atividade normal;
- ii) a maioria das *aprendizagens institucionais* identificadas e caracterizadas (423 registos, que corresponderam a 56,8% do total) envolveu o estabelecimento de parcerias. Destas, um número significativo (163) envolveram mesmo a celebração de protocolos formais.

Estas constatações parecem traduzir o facto de as *parcerias parecem ter sido mera consequência de determinadas situações de aprendizagem (nomeadamente nas empresas, que foram o grande contingente de instituições identificadas) e não foram (como deveriam ter sido) causas que tenham concorrido para a promoção e ocorrência de oportunidades de qualificação* (Nico, 2011: 192);

2. *A relevância profissional das aprendizagens institucionais*

Um número significativo de aprendizagens institucionais decorreu no âmbito profissional das instituições consideradas (modernização das instituições e a formação do pessoal).

3. *A claustrofobia das aprendizagens institucionais*

A maioria das aprendizagens institucionais foi pensada, construída e concretizada pelas próprias instituições. Esta realidade deixa transparecer alguma capacidade formadora endógena, por parte das instituições inquiridas, pois estas demonstraram ter, na sua maioria, a capacidade autónoma, em todos os momentos do processo formador. No entanto, a leitura inversa também pode ser verdadeira: aquela que, uma vez mais, nos evidencia a incapacidade do trabalho em rede, através do

estabelecimento de parcerias com instituições da mesma freguesia ou do concelho.
(Nico, 2011: 192)

4. A informalidade das Aprendizagens Institucionais

Realidade que decorre do facto de apenas 15,6% das aprendizagens institucionais ter sido certificada formalmente. Neste contexto, a realidade parecia carecer de intervenção em algumas dimensões consideraras críticas, de que destacamos as seguintes (Nico, 2011: 193):

- a) *É evidente a necessidade de o território e os seus principais atores, tomando consciência da sua própria realidade e apropriando-se do respetivo potencial formador, assumirem um **maior trabalho em rede intraconcelhia**, como um poderoso instrumento de gestão local dos recursos e de aumento da capacidade autóctone de qualificação;*
- b) *Para que o desafio anterior tenha maiores condições de se concretizar adequadamente, parece ser aconselhável **conceber e implementar um projeto integrado e participado de formação para responsáveis institucionais** (responsáveis políticos, de instituições da sociedade civil, empresários e outros líderes locais), no sentido de se promoverem a construção e consolidação de competências locais de trabalho em rede;*
- c) *No mesmo sentido, parece ter sentido **promover o reforço das parcerias promotoras de qualificação certificada**. Na realidade, poderá ser estruturante, para o desenvolvimento humano, económico e social do concelho, o trabalho coordenado entre a rede institucional local existente e algumas instituições estratégicas: a Câmara Municipal de Alandroal, as Juntas de Freguesia, o Agrupamento de Escolas de Alandroal (e respetivo Centro Novas Oportunidades) e o Instituto do Emprego e Formação Profissional. Estes parceiros estratégicos possuem capacidade qualificadora muito significativa – a autarquia alandroalense e a instituição escolar possuem os quadros mais qualificados do concelho de Alandroal –. Por outro lado, a instituição escolar de Alandroal e o IEFP possuem uma fundamental capacidade certificadora, indispensável para promover os níveis de certificação escolar e profissional da população, particularmente das pessoas adultas no ativo.*

5. A geografia próxima desfavorável

Verificou-se a existência de uma percepção pouco favorável das pessoas relativamente às oportunidades que a sua freguesia de residência lhes disponibiliza para a respetiva qualificação (Nico, 2011: 195).

6. A ausência de certificação

A maioria das aprendizagens pessoais não terá conduzido a qualquer certificação formal (escolar e/ou profissional) e a generalidade das pessoas não revelou grande preocupação com a mesma.

Esta conclusão parece evidenciar um, possível e indesejável, afastamento da população adulta, relativamente aos contextos formadores de dimensão escolar e formal e uma eventual desvalorização das aprendizagens aí realizadas e/ou

certificadas. Esta percepção de uma atitude pouco positiva das pessoas adultas face aos contextos formais e escolares já havia sido referido por d'Orey (2009), em trabalho realizado no mesmo território (Nico, 2011: 195)

7. As aprendizagens solitárias

Um aspeto muito saliente no estudo realizado decorreu do facto de as pessoas terem revelado a sua preferência pela concretização solitária das aprendizagens (...) esta dimensão solitária das aprendizagens pessoais, adicionada ao confinamento institucional que se verifica nas Aprendizagens Institucionais e que referido anteriormente coloca-nos perante fronteiras comportamentais limitadas e limitantes do trabalho cooperativo, no âmbito dos processos de qualificação (Nico, 2011: 196).

III – PENSAR E INTERVIR NA REALIDADE

Após a realização deste estudo – que produziu conhecimento pormenorizado da realidade educacional do concelho de Alandroal, nas dimensões institucional e pessoal – iniciou-se uma intervenção articulada entre a Câmara Municipal de Évora e a Universidade de Évora e que se concretizou em duas fileiras que se foram desenvolvendo em simultâneo:

- i. O processo de revisão da Carta Educativa de Alandroal;
- ii. A instalação de um polo da Universidade Popular Túlio Espanca/Universidade de Évora no concelho de Alandroal.

III.1. – A revisão da Carta Educativa de Alandroal

Entre 2011 e 2013, desenvolveu-se o processo de revisão da Carta Educativa de Alandroal, tendo sido concretizado em duas dimensões:

- a atualização do conteúdo da primeira Carta Educativa (CMA, 2006) e que circunscrevia à realidade da educação escolar;
- a integração de toda a Educação não-Formal e das instituições com potencial educativo identificadas na pesquisa precedente, considerando-se esta realidade como um novo e incontornável «capítulo» da Carta Educativa.

Desta forma, foi considerado e valorizado o conhecimento produzido pela pesquisa científica realizada anteriormente e iniciava-se o processo da sua transferência e utilização, através da atualização do mais importante instrumento de política educativa, a nível local. Simultaneamente, valorizou-se, pela primeira vez, a educação

não formal – realidade incontornável na educação das pessoas (Nico et al, 2013) – no *perímetro* da Carta Educativa de um município.

Deste processo, resultou a nova Carta Educativa de Alandroal (CMA, 2013), a primeira, a nível nacional, a considerar e integrar a dimensão da educação não formal e a contemplar instituições da sociedade civil, como instituições educativas e com relevância na qualificação das pessoas e do território. Deste trabalho, resultaram várias publicações, sendo de destacar a denominada *Atlas da Educação em Alandroal* (Nico, 2013), na qual se identificaram e caracterizaram as diferentes redes de qualificação existentes no território e onde se indicaram alguns desafios a concretizar no futuro da educação e formação naquele concelho.

A nova Carta Educativa do Concelho de Alandroal foi elaborada de acordo com os seguintes pressupostos (inspirados nas conclusões da investigação que a havia precedido):

1. ***A Educação acontece num contexto territorial determinado e específico, de acordo com a complexidade determinada por um conjunto de variáveis que também, aí, assume características determinadas e específicas;***
2. ***A Educação acontece em todos os espaços e tempos da vida das pessoas e não é exclusiva dos contextos escolares e formais;***
3. ***Em territórios rurais, do interior do país e marcados por demografias envelhecidas e muito sedentarizadas, a Educação das pessoas encontra-se muito estreitamente relacionada com a dimensão comunitária de proximidade, as instituições locais e respetivas redes, os laços familiares e de vizinhança, os contextos profissionais e os ambientes pessoais de socialização e convívio;***
4. ***O acesso e a capacidade de manter uma frequência, ativa e regular, em contextos formais e escolares de Educação são inversamente proporcional com a idade e a distância aos centros urbanos de maior dimensão, facto que determina desigualdade territorial e pessoal;***
5. ***Educação e Economia encontram frágeis e pouco frequentes mecanismos de diálogo e de cooperação estratégica, com consequências ao nível das expectativas de realização profissional das pessoas e de pouca qualificação do trabalho, no âmbito das empresas;***
6. ***O diálogo e o trabalho cooperativo entre as instituições da sociedade civil é pouco frequente e entre estas e as escolas é uma realidade que possui um enorme potencial de desenvolvimento, atendendo à riqueza do contexto territorial, como recurso curricular e didático para as aprendizagens escolares e levando em conta o potencial das escolas para a promoção do acesso à Educação, por parte da população adulta pouco escolarizada;***

7. **A Carta Educativa não pode nem deve circunscrever-se ao perímetro da Educação Escolar.** Deve conter todo o contexto territorial e institucional, incluindo todos os tempos e espaços de aprendizagem disponíveis no território com potencial educativo e com capacidade de articulação e cooperação com os dispositivos e modalidades da educação formal;
8. **A Carta Educativa deve assumir o desenvolvimento do território e da população nele residente como sua bússola,** assumindo a Educação e a Formação como o mais poderoso e eficaz instrumento de promoção desse desenvolvimento, de forma sustentada e participada;
9. **A Carta Educativa deve dialogar, permanente e ativamente, com os restantes instrumentos de gestão política local:** Plano Diretor Municipal, Plano de Desenvolvimento Social, Agenda XXI, entre outros;
10. **A Carta Educativa deve ser um instrumento dinâmico, em constante atualização e disponível, em cada momento, contendo a informação necessária para se promoverem o máximo de oportunidades de qualificação, dirigidas ao maior número possível de pessoas e instituições, com a maior eficácia e eficiência possíveis, mobilizando o maior número de recursos locais e envolvendo o menor esforço financeiro possíveis. Por outras palavras, a Carta Educativa deve indicar como concretizar a Qualificação, num determinado território, com a maior amplitude humana e institucional, a máxima eficiência e eficácia do investimento, o mínimo esforço financeiro e o mais forte impulso de desenvolvimento humano, social, económico e cultural.** (Nico et al, 2013: 9)

III.2. – A instalação de um polo da Universidade Popular Túlio Espanca em Alandroal

Em 2010, iniciou-se o processo de instalação de um polo da Universidade Popular Túlio Espanca (UPE) no território alandroalense, através da celebração de um protocolo entre a Universidade de Évora e a Câmara Municipal de Alandroal.

O polo da UPE tem vindo a desenvolver e disponibilizar atividade educativa de natureza não formal e tem registado forte adesão e participação, por parte da população do concelho. Recorrendo a formadores da própria autarquia local e utilizando, em muitas das localidades rurais do território, as instalações das antigas escolas primárias – entretanto descontinuadas, em consequência do processo de reordenamento da rede escolar previsto na Carta Educativa – o polo da UPE fez regressar, à atividade regular de aprendizagem, muitas centenas de pessoas de todas as idades e proveniências geográficas e sociais, que se têm vindo a envolver em

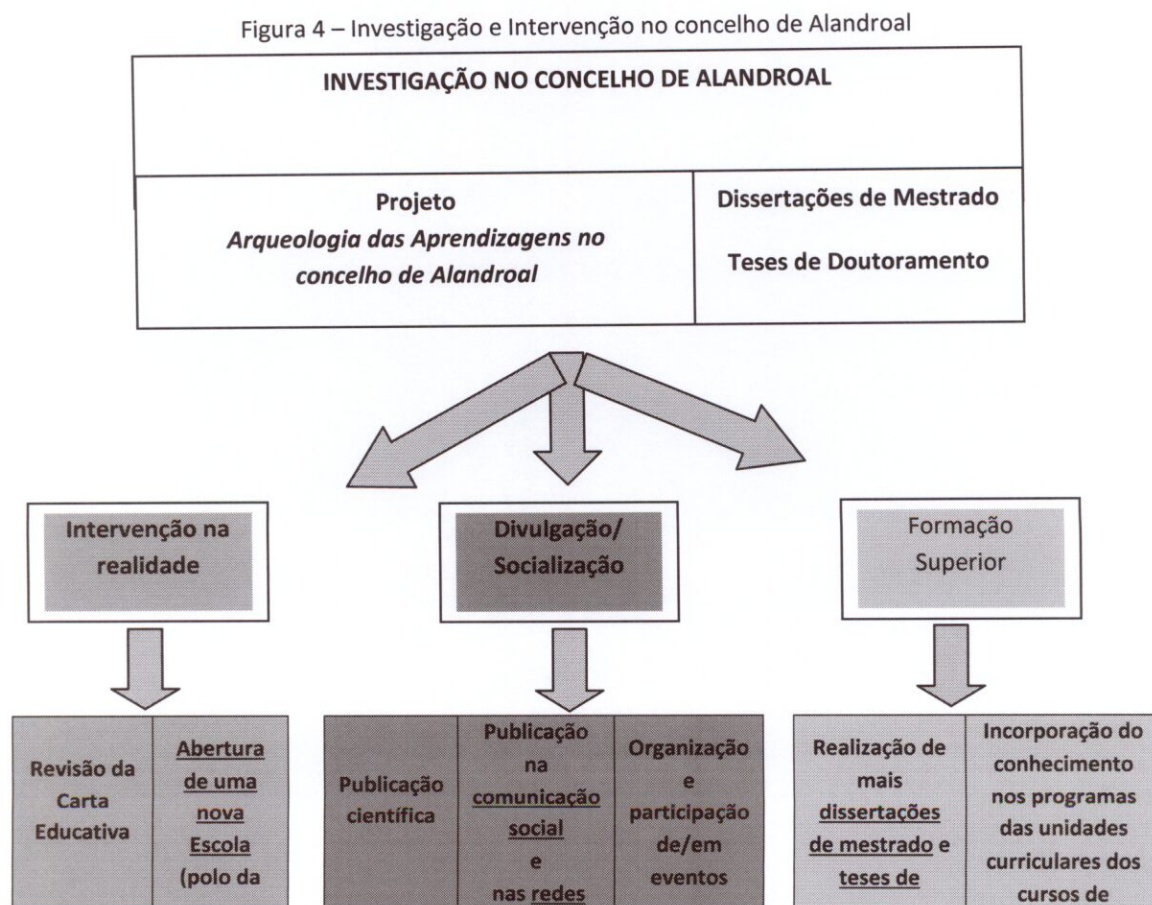
atividades tão diversas como teatro, música popular, pintura, informática, história local, inglês, etc.

A qualidade do trabalho desenvolvido pelo polo da UPE foi, recentemente (MIES, 2015), reconhecido pela sua inclusão e registo no Mapa de Inovação e Empreendedorismo Social³.

IV. CONCLUSÕES

O caso aqui descrito, é, em nossa opinião, um bom exemplo da concretização da missão da Universidade de Évora, uma vez que estamos perante um, feliz, casamento entre a investigação científica, a formação graduada e pós-graduada e a intervenção num contexto concreto (Alandroal), no âmbito de uma, sucedida, parceria entre uma instituição científica e de ensino superior, uma autarquia e outros atores locais e regionais com relevância nessa realidade.

A intervenção produzida, nesta última década, pode traduzir-se na seguinte figura:



³ <http://map.mies.pt> (acedido em 5 de Agosto de 2015)

	UPTE)		digitais	científicos	doutoramento	graduação e pós-graduação da Universidade de Évora
--	-------	--	----------	-------------	--------------	--

Dez anos após o início deste processo, a realidade de Alandroal está diferente, para melhor, em nossa opinião, uma vez que se apresentam as seguintes evidências dessa transformação positiva:

- **produziu-se conhecimento atual e detalhado da realidade** da educação e formação do concelho de Alandroal – o que permite pensamento e decisão políticos mais informados e qualificados e intervenção mais focada e ajustado – e que se adiciona a outro previamente existente (CMA, 1994, 2006, 2007);
- **abriu-se uma nova escola**, em região onde as mesmas têm fechado, com o aproveitamento das antigas escolas, entretanto encerradas, e a criação novas oportunidades de acesso à educação para públicos pouco escolarizados e afastados dos espaços e tempos de qualificação, através de dispositivos didáticos mais ajustados aos perfis dos participantes;
- **criaram-se redes de cooperação** em territórios onde elas não existiam, envolvendo instituições da sociedade civil com presença e significado na vida social e económica do concelho, nomeadamente as empresas e as associações culturais e desportivas;
- **desenvolveu-se e consolidou-se uma linha de investigação e formação** na Universidade de Évora (Educação Comunitária);
- **criaram-se oportunidades de desenvolvimento de trabalhos académicos** no/sobre o território, no âmbito dos cursos de pós-graduação da Universidade de Évora (cursos de mestrado e de doutoramento em Ciências da Educação), facto que contribuiu para a formação dos estudantes envolvidos e que constituiu importante contributo para o conhecimento da realidade (Carvalho, 2010; Rocha, 2011; Barreiros, 2012; Barrenho, 2012; Galhardas, 2012; Grosso, 2012)

Em síntese, o trabalho realizado em Alandroal tem cumprido, adequadamente, a missão da Universidade de Évora: produzir conhecimento; formar as pessoas; servir as comunidades e os territórios, no pressuposto de essa é a postura correta das instituições de ensino superior localizadas em territórios do interior português (Nico, 2008) que, na atualidade, enfrenta desafios de escala nunca antes experimentados, no que respeita ao seu futuro e ao dos que nele residem e exercem a sua atividade.

Referências bibliográficas

- BARREIROS, Carla (2012).** *Arqueologia das aprendizagens de âmbito profissional no Concelho de Alandroal*. [Dissertação apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação] Évora: Universidade de Évora (policopiada).
- BARRENHO, Cristina (2012).** *Missão ou Miragem no Combate ao Insucesso e Abandono Escolares, no período 1997-2007, no Concelho de Alandroal*. [Dissertação apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação] Évora: Universidade de Évora (policopiada).
- CARVALHO, Luísa (2010).** *A aprendizagem de indivíduos não-alfabetizados pertencentes a comunidades com elevados graus de analfabetismo*. [Tese apresentada à Universidade de Évora, tendo em vista a obtenção do grau de Doutor em Ciências da Educação]. Évora: Universidade de Évora (policopiada)
- CMA (s/d).** *Apoiar & Crescer em tempo de crise: caderno especial de apoio*. Alandroal: Câmara Municipal de Alandroal.
- CMA (1994).** *Plano Director Municipal*. Alandroal: CMA/Projecto Plano.
- CMA (2006).** *Revisão do Plano Director Municipal*. Alandroal: CMA/PROGITAPE.
- CMA(2006).** *Carta Educativa do concelho de Alandroal*. Alandroal: Câmara Municipal de Alandroal.
- CMA (2007).** *Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Alandroal*. Alandroal: CMA/Rede Social de Alandroal.
- CMA (2013).** *Carta Educativa do Concelho de Alandroal*. Alandroal: Câmara Municipal de Alandroal/Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora
- D'OREY, J. (2009).** *Gestão Curricular Local: Fundamento para Aquisição, Desenvolvimento e Valorização de Competências em Ciências Naturais no Ensino Básico – A Promoção da Literacia Científica no Concelho de Alandroal*. [Tese apresentada à Universidade de Évora, para a obtenção do Grau de Doutor em Ciências da Educação]. Évora: Universidade de Évora (policopiada).
- GALHARDAS, Elisabete (2012).** *Arqueologia das Aprendizagens na freguesia de Nossa Senhora da Conceição – Alandroal (1997-2007)*. [Dissertação apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação] Évora: Universidade de Évora (policopiada).
- GROSSO, Margarida (2012).** *Arqueologias" das aprendizagens em Capelins (Santo António) – Alandroal (1997-2007)*. [Dissertação apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação] Évora: Universidade de Évora (policopiada).
- NICO, Bravo (2008).** Aprender no interior português: Vértices para um pensamento integrado e uma acção responsável. In Bravo Nico (Org.). *Aprendizagens de Interior: reflexões e fragmentos*. Mangualde: Edições Pedagogo. 9-19
- NICO, Bravo (2011).** *Arqueologia das Aprendizagens em Alandroal*. Mangualde: Edições Pedagogo
- NICO, Bravo; NICO, Lurdes; TOBIAS, Antónia; FERREIRA, Fátima; VALADAS, Florbela (2013).** *Atlas da Educação em Alandroal*. Mangualde: Edições Pedagogo

ROCHA Sílvia (2011). *Que respostas "Curriculares/Educativas" foram disponibilizadas, entre 1997 e 2007, às crianças com Síndrome X Frágil, no Concelho de Alandroal?* [Dissertação apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do Grau de Mestre em Educação Especial: Domínio Cognitivo e Motor] Évora: Universidade de Évora (policopiada).